

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

CHEGA DE ENROLAÇÃO!

Ato Público em 3/9 cobrará do Cruesp negociações efetivas

Reunido nesta quarta-feira, 27/8, logo após a audiência pública promovida pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa (veja a seguir), o Fórum das Seis centrou o foco na preparação do ato estadual unificado de 3/9, data da reunião com o Cruesp.

Neste dia, as caravanas devem se concentrar no vão livre do MASP, a partir das 13h. De lá, sairemos em caminhada até a sede do Cruesp, na rua Itapeva, que é bem próxima do MASP. Vamos repetir a dose de 14/8, quando fomos ao Palácio dos Bandeirantes, e realizar um grande ato público em São Paulo! **Chega de enrolação, senhores reitores. Negociação efetiva, já!**

Mais atividades

A Comissão de Mobilização da Adusp realizará uma atividade importante no dia 2/9, às 16h, na Praça do Relógio, na Cidade Universitária, com vistas a romper a intransigência da Reitoria da USP. Trata-se do “SOS USP – EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA”, que contará com a presença de representantes de entidades sindicais, movimentos sociais, de parlamentares e intelectuais. **TODOS ESTÃO CONVIDADOS!**

Zago foge da audiência.

Mas, professores, funcionários e estudantes estavam lá para defender as universidades públicas

O auditório Franco Montoro, da Assembleia Legislativa (Alesp), ficou lotado nesta quarta-feira, 27/8, para a reunião ordinária da Comissão de Educação e Cultura. Mesmo convocado para falar sobre “A situação do Campus USP Leste, as providências adotadas e a situação orçamentária e as razões do corte no orçamento daquela Universidade”, o reitor da USP, Marco Antonio Zago, não foi. Segundo relato do presidente da Comissão, deputado Carlos Neder (PT/SP), no final da tarde de segunda-feira, 25/8, a Reitoria da USP enviou-lhe ofício alegando dificuldades para comparecer, devido a outras atividades agendadas: reunião do Conselho Universitário em 26/8, reunião de Conciliação no TRT em 27/8 [em horário diferente desta...], reunião entre Fórum das Seis e Cruesp em 3/9. No ofício, Zago propõe transferir a audiência para 10/9, “ocasião em que estarão disponíveis maiores recursos sobre a atual situação da USP”.

A atitude do reitor da USP foi duramente criticada. “Se ele trata assim os deputados desta casa, com tamanho desrespeito, é de se imaginar sua conduta em relação aos professores, funcionários e estudantes”, disse o deputado Carlos Giannazi (PSOL/SP), proponente da convocação. Ele anunciou aos presentes a intenção de protocolar duas representações contra Zago, por crime de responsabilidade e desobediência à convocação: junto à presidência da Alesp e junto ao Ministério Público Estadual.



Giannazi convidou os presentes a retornarem ao auditório Franco Montoro no dia 4/9, às 14h, quando haverá uma audiência pública exclusiva para debater a situação do HU e do HRAC (Bauru) da USP.

A mesa da reunião foi composta pelos deputados Neder e Giannazi, representantes do Fórum das Seis e do Sindicato dos Médicos. Também se pronunciou a deputada Sara Munhoz (PCdoB/SP). A reunião ordinária não foi oficial, por falta de quórum entre os deputados que a compõem.

Falando em nome da coordenação do Fórum, Francisco Miraglia destacou que estamos vivendo a polarização entre dois projetos distintos para a universidade pública paulista. De um lado, propostas de cunho privatizante e que tentam cobrar dos trabalhadores a conta da crise gestada pelos próprios reitores, sempre subservientes aos interesses do governo do Estado. De outro lado, as propostas do movimento, →



de cobrar do governo a concessão de mais verbas face à enorme expansão ocorrida nas estaduais paulistas, sem recursos adicionais. “E nós temos defendido este projeto com propostas concretas, emergenciais e em médio e longo prazos, que já entregamos nesta casa e no Palácio dos Bandeirantes”, disse o docente.

O protesto contra a desvinculação do HU e do HRAC da USP foi marcante na reunião. Gerson Salvador, diretor do Sindicato dos Médicos de São Paulo e profissional do HU, conclamou a sociedade a impedir a ofensiva da Reitoria da USP. “Esses hospitais são de excelência e cumprem um importante papel na pesquisa e no atendimento com qualidade à população”, disse.

Ataques na USP

Sob pressão da greve, Conselho Universitário adia por 30 dias decisão sobre PDV e HU, mas aprova desvinculação do HRAC

Dando sequência ao seu acelerado projeto de desmonte da USP, o reitor Zago colocou em pauta no Conselho Universitário (Co), reunido em 26/8, um conjunto de propostas que vieram a público há apenas duas semanas. A reunião aconteceu sob clima tenso, acompanhada por uma manifestação dos profissionais do HU e de estudantes da Faculdade de Medicina.

A pressão da greve conseguiu retirar da pauta, por 30 dias, a proposta de desvinculação do Hospital Universitário (HU), mas não conseguiu o mesmo em relação ao Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), o Centrinho. Por 63 votos a favor, 27 contrários e 16 abstenções, a desvinculação foi aprovada. Outras medidas, como a criação de

Encaminhamentos

Ao final da audiência, foi aprovado o encaminhamento proposto pela coordenação do Fórum das Seis, de que os deputados Neder e Giannazi busquem a assinatura dos demais deputados da Alesp a uma moção que seja:

- Contrária à desvinculação do HU e do HRAC na USP;
- Favorável à realização de negociações salariais efetivas entre Fórum das Seis e Cruesp;
- Favorável à destinação de mais recursos à Educação e às universidades estaduais paulistas.

um Plano de Demissões Voluntárias (PDV) e a questão das negociações salariais, foram remetidas para um novo Co no dia 2/9.

O Fórum das Seis não tem dúvidas de que a ofensiva do reitor Zago sinaliza a existência de um projeto político de desmonte e de mudança do perfil das universidades públicas paulistas. Se aprovadas e viabilizadas na USP, tais propostas certamente terão seus desdobramentos na Unesp e na Unicamp. O que se vê nas três universidades são saídas para contornar uma crise cuja responsabilidade é dos próprios reitores, especialmente por terem aceito uma expansão acelerada nos últimos anos, de caráter eleitoral, sem quaisquer garantias efetivas de recursos adicionais e perenes.

TRT-SP posiciona-se contra desconto dos dias parados e pode obrigar a USP a pagá-los

Nesta quarta-feira, 27/8, ocorreu uma reunião de conciliação entre a Reitoria e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). Não houve qualquer proposta salarial por parte da Reitoria da USP, a não ser a devolução dos salários cortados em troca do final da greve, o que foi rejeitado pelo Sintusp.

Na ata da audiência, presidida pelo desembargador David Meirelles e pela juíza Patrícia de Toledo (ambos do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos), consta que a USP “não trouxe nenhuma proposta concreta de reajuste salarial para esta reunião, informando que no dia 2/9 para tratar especificamente sobre este assunto, bem como no dia 3/9 o Cruesp estará reunido para a mesma finalidade, podendo a partir destas reuniões surgir uma proposta de acordo”.

Sobre o desconto dos dias parados, efetuado pela USP no início de agosto, a ata traz considerações severas: “Indagada a autarquia suscitante [a USP] se haverá descontos salariais para os grevistas no pagamento de 5/9, seus representantes aqui presentes não souberam informar, mas saem desta reunião cientes de que tais descontos não poderão ocorrer, sob pena de violação à Lei de Greve, bem como que os descontos salariais efetuados no dia 5/8 deverão ser pagos imediatamente”.

Também sobre a questão do corte do ponto, o represen-

tante do Ministério Público do Trabalho na reunião, procurador William Bedone, diz que a USP, “ao contratar funcionários pelo regime celetista, equiparou-se a qualquer empregador da iniciativa privada, estando sujeita, desse modo, a todas as normas trabalhistas em vigor no país”, de modo que, “com a deflagração do movimento paredista e com o ajuizamento posterior do presente dissídio coletivo, a decisão acerca do corte do salário dos empregados é de exclusiva competência deste TRT”. Ele conclui que, desta forma, “a ausência de pagamento de salários por parte da empregadora em 5/8/2014 se mostra arbitrária e flagrantemente ilegal”. Também consta na ata o entendimento do procurador, de que cabe à vice-presidência do tribunal “deliberar acerca da ordem visando ao pagamento imediato dos salários atrasados, que se descumprida constitui crime de desobediência”; “diante da premente necessidade dos trabalhadores e da ausência de proposta concreta por parte da empregadora, requer-se a suspensão da presente audiência e a remessa imediata e urgente dos autos à vice-presidência para deliberações”.

Assim, a vice-presidente do TRT, desembargadora Rilma Aparecida Hemetério, tem o poder de determinar se a universidade será obrigada ou não a pagar os salários cortados, e ela pode se pronunciar sobre isso nos próximos dias. Nova reunião entre as partes está agendada para 5/9.

**É hora de intensificar a luta.
A participação de todos(as) é fundamental!**